

Política industrial terá foco no comércio exterior

Para o governo, exportação é o principal caminho para reduzir a vulnerabilidade da economia do País

FERNANDO DANTAS

RIO – A nova política industrial do governo de Luiz Inácio Lula da Silva terá a sua maior ênfase no crescimento das exportações e no aumento do volume de comércio exterior, e não na substituição de importações. No documento de seis páginas divulgado ontem, com o nome de Roteiro para a Nova Agenda de Desenvolvimento Econômico, a expansão do comércio exterior é apontada como principal fator de redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira. A agenda de desenvolvimento trata também da infra-estrutura (ver reportagem acima).

O documento prevê “a pronta criação” de um núcleo coordenador das ações de política industrial. Este núcleo será subordinado à Câmara de Política Econômica (que reúne os Ministérios da Fazenda, Planejamento e Desenvolvimento e Casa Civil, a Secretaria-Geral da Presidência, mais o Banco Central, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para definir e coordenar as linhas gerais da política de desenvolvimento.

O núcleo coordenador funcionará de forma complementar ao Núcleo de Ações Estratégicas (NAE), comandado pelo secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, que vai cuidar de ações específicas e focalizadas.

O roteiro também define “critérios de seleção de políticas (industriais e tecnológicas)” e “regras aplicáveis à concessão do apoio governamental”. No caso da seleção, na qual um dos principais critérios será “o potencial de aproveitamento das oportunidades no mercado externo”,

NÚCLEO REVISARÁ BENEFÍCIOS E SUBSÍDIOS

vai apurar os custos destas políticas em termos de renúncia fiscal, e em relação aos consumidores ou empresas que utilizam os produtos do setor beneficiado.

Quanto às regras aplicáveis à concessão do apoio governamental, elas devem ser transparentes e baseadas em estudos, abertos ao público, que comparem os custos e os benefícios ao longo do tempo de cada iniciativa. Além disso, devem in-

cluír, de forma anual e pública, a prestação de contas dos beneficiados e os balanços de cada programa. As políticas de incentivo terão tempo de duração predeterminado, e não prorrogável. Serão estipuladas metas e contrapartidas para os beneficiários, e punições ou redução do benefício em caso de não-cumprimento no prazo combinado.

O núcleo coordenador fará uma grande revisão de todos os benefícios tributários e subsídios hoje existentes no Brasil, assim como das políticas industriais do passado. A partir deste diagnóstico, o núcleo vai propor a reformulação das políticas de fomento e a especificação de critérios para as agências de fomento (como o BNDES) e para o monitoramento do cumprimento das metas es-

tabelecidas.

Outras características da nova política industrial serão o foco nos setores mais dinâmicos da economia, e nos que tragam avanço tecnológico e criação de empregos; acesso de pequenas empresas aos laboratórios públicos; maior transparência dos fundos setoriais; ênfase na tecnologia industrial básica (metrologia, normatização, propriedade intelectual e gestão tecnológica); aumento do número de empresas exportadoras; elaboração de um plano estratégico de exportações; difusão de tecnologias em setores competitivos, como calçados, têxteis, mármore, café, móveis e máquinas; combate ao protecionismo; aumento dos mercados de destino dos produtos exportados; aumento das patentes, e ênfase em biotecnologia e nanotecnologia.

AS NOVAS DIRETRIZES

Principais definições sobre a política industrial e de desenvolvimento

ÓRGÃOS

Núcleo de ações estratégicas

- Sob o comando de Luiz Gushiken, cuidará de ações específicas e focadas

Núcleo coordenador de ações

- Sob o controle da Câmara de Política Econômica, vai definir e coordenar as linhas gerais da política de desenvolvimento

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE POLÍTICAS

- Ênfase em exportações, tecnologia e emprego
- Mapeamento dos setores ineficientes
- Identificação de gargalos
- Avaliação de políticas que resolveriam o problema
- Determinação dos custos das políticas em termos de renúncia fiscal e para consumidores e outros segmentos da cadeia produtiva



REGRAS PARA CONCEDER BENEFÍCIOS

- Transparência
- Prestação de contas dos beneficiados
- Balanços anuais dos programas
- Duração pré-determinada e não prorrogável dos incentivos
- Metas e contrapartidas para os beneficiários, e punições ou redução do benefício para quem descumprir



INFRA-ESTRUTURA

- Redução da incerteza regulatória
- Parceria público-privada
- Eliminação gradual dos subsídios cruzados na energia elétrica
- Concessão dos principais eixos rodoviários e ferroviários, com adequada política de tarifação
- Redução da ênfase na geração de eletricidade a gás
- Definição clara do poder concedente em água e saneamento
- Regras para o investimento privado
- Atração de investidores institucionais em petróleo e gás

